

ORGANIZADORAS  
GLENY TEREZINHA DURO GUIMARÃES  
ANA LÚCIA SUÁREZ MACIEL  
BEATRIZ GERSHENSON

**NEOLIBERALISMO  
E DESIGUALDADE  
SOCIAL:  
REFLEXÕES  
A PARTIR DO  
SERVIÇO SOCIAL**

 ediPUCRS

© EDIPUCRS 2020

**CAPA** Thiara Speth

**DIAGRAMAÇÃO** EDIPUCRS

**REVISÃO DE TEXTO** Carol Ferrari

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001



**Editora Universitária da PUCRS**

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33  
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone/fax: (51) 3320 3711  
E-mail: edipucrs@pucrs.br  
Site: www.pucrs.br/edipucrs

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N438 Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do serviço social / Gleny Terezinha Duro Guimarães, Ana Lúcia Suárez Maciel, Beatriz Gershenson organizadoras. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2020.  
319 p.

ISBN 978-65-5623-003-0

1. Política social. 2. Assistência social. 3. Capitalismo – Aspectos sociais. 4. Neoliberalismo – Aspectos sociais. 5. Igualdade. 6. Serviço social. I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II. Maciel, Ana Lúcia Suárez. III. Gershenson, Beatriz.

CDD 23. ed. 361.61

**Lucas Martins Kern CRB-10/2288**  
**Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do *Código Penal*), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## 3.2 DISCURSO, CORPO E TRABALHO: DIÁLOGO COM MARX E PÊCHEUX

GLENY TEREZINHA DURO GUIMARÃES

### Introdução

A concepção de discurso<sup>1</sup>, corpo e trabalho é compreendida numa perspectiva do materialismo histórico. O discurso e o trabalho são considerados o ponto de partida e, ao mesmo tempo, de chegada das relações sociais, não de uma forma circular, mas sob a forma processual que compõe o direito e o avesso, o uno e o múltiplo, a exemplo do formato da fita de Moebius, em que sua superfície bidimensional é percorrida pela materialidade significativa do corpo-trabalho. Isso significa conceber a relação entre corpo e trabalho numa concepção dialética.

Na perspectiva marxista, a dialética é compreendida a partir da contradição, pois considera o centro da história a luta de classes, fruto das relações sociais, culturais e econômicas estabelecidas pelo modo de produção da sociedade. Concebe o sujeito como protagonista *da* história, a partir das forças produtivas que estabelece na relação entre infraestrutura e superestrutura da sociedade.

---

<sup>1</sup> Capítulo escrito sob orientação da profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira, docente titular do Instituto de Letras da UFRGS.

O lugar do “corpo é atravessado pela história” (FERRARI; NECKEL, 2017, p. 59), ou seja, o corpo é a materialidade discursiva da própria história. Esta compreensão da realidade opõe-se ao idealismo filosófico em que o sujeito se insere *na* história, ou seja, não protagonista da luta de classes e o lugar do corpo é redimensionado pelo espírito, ideia, absoluto, alma, consciência, transcendência.

O sujeito da formação ideológica é o indivíduo assujeitado, interpelado pela ideologia. Lembrando que, para Pêcheux (1997, p. 144), as “ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas”. Se elas fossem compreendidas como ideias, estar-se-ia compartilhando de uma concepção idealista, por isso, na visão materialista, é compreendida como prática social a possibilitar a ação na dupla contradição – reprodução ou transformação – das relações de produção da formação social, cultural e econômica capitalista.

Isso permite estabelecer outra associação com Marx (1987, p. 128), que diz: “os filósofos se preocuparam em *interpretar* o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo”. Isso dá a dimensão da oposição de compreensão da realidade entre idealistas (pensam o mundo) para os materialistas (práxis, transformam o mundo).

Para compreender a relação entre ideologia e sujeito, Pêcheux (1997, p. 149) destaca duas proposições: “só há prática através de e sob uma ideologia; só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”. Na perspectiva materialista, a sua existência significa que ela não existe no plural, não pode ser classificada em ideologias por classes, ou a existência de várias ideologias, mas que todo o discurso é permeado por uma. Ainda para Pêcheux (1997, p. 149), a ideologia não tem um sentido. Para isso, o autor distingue entre formação ideológica, ideologia dominante e Ideologia (com letra maiúscula e no singular).

Coerente com sua percepção materialista, o pensador francês considera a ideologia uma prática social que se operacionaliza através de mecanismos constituintes dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE), concepção baseada em Louis Althusser. Os AIE, que são a escola, o partido, o sindicato, a religião, as leis, a moral, a família, os partidos políticos, etc., formam o

conjunto complexo de instituições que operam na superestrutura do sistema capitalista em que as práticas sociais se materializam. Cada AIE tem um funcionamento de acordo com suas características determinadas historicamente no tempo e espaço, bem como se relaciona de forma desigual entre si. Daí que a tríade “contradição-desigualdade-subordinação” (PÊCHEUX, 1997, p. 145) perpassa a sua composição. Quando a ideologia opera a partir dos AIE, Pêcheux (1997, p. 146) chama de formações ideológicas:

Compreende-se [...] por que em sua materialidade concreta a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos do Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem –, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia.

O filósofo francês distingue entre Ideologia (com inicial maiúscula) e ideologias (com inicial minúscula). A Ideologia se configura como uma prática social presente no sistema capitalista. Já as ideologias manifestam-se por meio dos AIE, e a estas ele chama de formações ideológicas (FI). As FI materializam as ideologias que refletem a contradição da luta de classes. Assim, identificar uma formação ideológica é dar visibilidade a uma prática social que reflete interesses antagônicos na luta de classes.

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento. Cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não

são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX, 1993, p. 166).

Enquanto prática social, a ideologia só se realiza por meio da existência do sujeito. Se não existe sujeito, não existe ideologia. Pode-se fazer a mesma relação com o corpo: só há corpo se existe sujeito. Logo ideologia, sujeito e corpo se tornam uma tríade indissociável, atravessada pelo discurso. O discurso é interdependente a essa trilogia, pois também não existiria sem ela.

Na perspectiva pechetiana, o sujeito tem uma dupla determinação constitutiva: uma objetiva sob a evidência da ideologia, e outra subjetiva, constituída pelo sujeito da psicanálise.<sup>2</sup> Numa visão materialista, o sujeito da análise de discurso constitui-se pela história, um processo cujas determinações estão na relação entre infraestrutura e superestrutura da formação social e cultural capitalista.

Um sujeito que tem um traço de determinação dupla, uma determinação constitutiva, que é revestido de uma existência histórica e interpelado em um ritual que o captura num processo sem início e sem fim. Assim, movido por essa instância de determinação o sujeito segue seu processo de discursivização com a ilusão de que é livre para criar, para dizer, para atribuir seus sentidos (FERREIRA, 2013, p. 128).

Indivíduo que se tornou assujeitado pensa ter a ilusão de ser livre em sua discursividade, pois o sentido de seu discurso já está interpelado pela ideologia e pela formação social, cultural e econômica capitalista. Na perspectiva do materialismo histórico, ele é constituído de matéria e, por isso, o corpo é a sua materialidade significante, por meio do qual o discurso acontece. Ao mesmo tempo, o próprio corpo discursiviza, logo,

---

<sup>2</sup> Este subcapítulo aborda apenas o sujeito ideológico, da análise do discurso.

corpo também é discurso, corpo tem sentidos. Assim, pode-se dizer que corpo e discurso são a materialidade do sujeito, indissociáveis entre si.

O corpo materializa o discurso, pois “todo conteúdo do pensamento existe na linguagem, sob a forma de discurso” (PECHEUX, 1997, p. 99). Tanto o corpo quanto o discurso possuem uma dupla refração a partir da formação ideológica e da formação cultural, pois podem estar a serviço da reprodução das relações de desigualdade social, como podem ser a materialização da resistência enquanto práticas de contraidentificação com a ideologia dominante. Se a ideologia interpela o sujeito, a formação cultural também o interpela de uma forma paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que homogeneiza, domestica, padroniza os costumes e valores, também pode ser a expressão da resistência enquanto liberdade de expressão do diferente, da negação da dominação, do espaço em que o discurso é falha, é falta, é furo, e permite mostrar outras vozes dissidentes.

### 3.2.1 A materialidade significativa do corpo

Corpo é a materialização do sujeito assim como o discurso é a materialização da ideologia. Corpo é o lugar mais vulnerável, aquilo que afeta o corpo afeta o sujeito. Na formação social capitalista, o corpo, enquanto materialidade significativa do sujeito, é crivado pelo trabalho. É na relação com o trabalho que seu corpo é moldado, ressignificado. Na perspectiva da análise de discurso, o corpo não é só matéria biológica como também matéria de sentidos, que está em constante processo afetado pelas determinações históricas, sociais, culturais e econômicas.

Pensando que o corpo é forma material no-do discurso, tomo-o, tal qual a língua, como um todo de dimensões interconstitutivas no jogo de significações: uma dimensão real ou biofísica – da estrutura físico-motora [...], uma dimensão simbólica – que diz respeito à atribuição de seus sentidos por gestos de interpretação na história e à sua constituição pela memória discursiva que possibilita suas formulações (gestos) –, e uma dimensão

imaginária – que possibilita o surgimento de uma unidade de identidade do sujeito na relação imaginária estabelecida com outros sujeitos no discurso (HASHIGUTI, s/d., p. 2).

Para compreender o corpo como objeto discursivo, Ferreira (2013) propõe considerar duas noções fundamentais: real e memória. A noção de real provém da psicanálise e significa aquilo que é impossível de atingir. O real do corpo seria aquilo que falta ao corpo e que nunca poderá ser satisfeito. Existe, aqui, uma concepção de eterno devir, onde não é possível se chegar à completude, à plenitude, pois sempre algo na constituição do corpo faltará.

Nessa compreensão está implicada a noção de processo de movimento que não cessa, pois está sempre perseguindo algo. Isso recorda a concepção de Heráclito, segundo a qual tudo está em constante movimento, em oposição ao que Parmênides acreditava, no imutável, imóvel.

Na visão materialista, a dialética é constante entre os opostos. Então, sempre que houver o movimento haverá a possibilidade da inércia. O real do corpo implica a noção de movimento constante, pois se chegar à inércia significaria que a plenitude seria atingida e, portanto, o corpo teria seu fim último, mas nada mais lhe faltaria, não necessitando mais do movimento que lhe impulsionasse a eterna busca. Neste sentido, seria o real do corpo: “comparece no simbólico sob a forma da falta de um significante” (FERREIRA, 2013, p. 131).

A segunda noção proposta por Ferreira (2013) é a memória discursiva. “Tal noção diz respeito à ‘existência histórica do enunciado’ no interior de práticas discursivas que são reguladas por aparelhos ideológicos” (FERREIRA, 2013, p. 132). Esta é constituída na dimensão histórica de uma dada formação social, ideológica e discursiva. Não se trata, portanto, da memória individual do sujeito.

Como essa memória discursiva se relaciona com a noção de trabalho? Historicamente, o trabalho vem associado não a qualquer atividade prazerosa em considerar qualquer ação humana como trabalho, desde que ideada anteriormente. Ele vem sendo associado ao seu significado, que



provém de um instrumento de tortura, *tripalium*. Logo, no imaginário social, trabalho atualmente, numa perspectiva materialista, está associado a emprego ou falta deste; está associado a um vínculo trabalhista, à exploração da força de trabalho, à produção do mais-valor, à aposentadoria. Se considerar outra concepção da realidade, o trabalho, na perspectiva do liberalismo, especificamente o atual neoliberalismo, está associado ao empreendedorismo, à meritocracia, que remete a uma relação individual de ajuste das condições de produção da sociedade. Estas condições evidenciam, nas relações de trabalho, uma lógica reprodutivista do capitalismo.

Os discursos sobre as relações de trabalho, dependendo da posição em que são produzidos, constituem também um modo de reescrever o capitalismo para que ele continue (re) significando. Eles ecoam (nos) e constituem os discursos de redefinição das relações de trabalho. (NOGUEIRA, 2017, p. 355).

Enquanto objeto discursivo, o corpo dá sentido porque aciona a memória discursiva. Sem esta, o corpo seria sempre uma materialização do presente. “Há uma memória inerente à linguagem e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que é característico de um determinado processo histórico” (FERREIRA, 2013, p. 133).

Lembrando que a ilusão de controle do discurso é constitutiva das formações discursivas (o que pode e deve ser dito) através dos enunciados parafrásticos. Porém os sentidos “não se controlam, não se estratificam, nem se individualizam; ao contrário, eles se esquivam, se escondem, se deslocam e estão sempre prontos a nos surpreender” (FERREIRA, 2013, p. 135). A memória discursiva possibilita os vários sentidos em diferentes tempos e espaços; não é o mesmo produzido em séculos diferentes ou lugares diversos, bem como é influenciado pelos determinantes históricos que permeiam a constituição da memória discursiva. Ela está relacionada com o processo de produção de sentidos e com a historicidade.

Ou seja, há um *processo de produção* de sentidos que está se movimentando na *rede de constituição* de sentidos (interdiscurso). E aí está investida a historicidade tanto pensada em termos de condições de produção (imediate e em sentido lato), projetando-se em suas formas imaginárias, como a memória discursiva em suas filiações (ORLANDI, 2012, p. 13-14).

A memória discursiva irá impactar na produção de sentido quando se analisa o corpo enquanto materialidade significativa do trabalho. Por que o corpo é atravessado e se constitui no e pelo trabalho? Para responder a esta questão, é necessário refletir sobre o sentido de trabalho na formação social capitalista.

### 3.2.2 Corpo-trabalho

Segundo Pêcheux (1993, p. 77), “um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção dadas*”. Estas condições estão relacionadas com a historicidade do modo de produção capitalista, cuja categoria central é o trabalho. De forma geral, pode-se dizer que ele, para Marx (2002), significa processo, um conceito que assume sentidos diferentes de acordo com aquilo à que se refere, no momento e fase em que é objetivado. É uma categoria ontológica polissêmica extremamente dinâmica e em permanente processo dialético.

O pressuposto fundante sobre o trabalho diz respeito à relação com a natureza, fonte primeira de tudo aquilo que será transformado pela ação humana, pelo corpo, ou seja, é tudo aquilo que é objetivado pelo homem, e o corpo medeia este processo, tanto de forma subjetiva como objetiva. A natureza é a sua fonte primeira, e ela sofrerá uma transformação, de seu estado *in natura* até a etapa final, quando se torna mercadoria.

O trabalho não é o objeto em si, *in natura*, nem a mercadoria enquanto objeto final do processo de transformação. Ele está contido durante todo o processo de passagem do *in natura* a qualquer forma que tenha alguma

utilidade ao homem. Portanto, pressupõe uma constante transformação, e o corpo, direta ou indiretamente, estará implicado.

Dos seres vivos, o homem se destaca por sua capacidade de planejar, de idealizar intencionalmente, antes mesmo do processo de fato se concretizar. Ele é capaz de transformar uma ideia em matéria, em realidade. Por isso, a lendária frase citada em *O Capital*, que assim diz: “mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 2002, p. 211). Nesse sentido, a categoria trabalho sempre implica uma teleologia em seu processo e é o corpo-trabalho que procede a transformação da realidade.

A produção de sentidos para corpo-trabalho é determinada pelas condições de produção. “Considerando a materialidade do sujeito, o corpo significa” (ORLANDI, 2017, p. 83). O corpo é o significante do trabalho; dá-lhe materialidade. O corpo-trabalho é constituído por uma dupla dimensão: o corpo-força de trabalho e o corpo-processos de trabalho, temas abordados a seguir.

### 3.2.3 Corpo-força de trabalho

Na formação social capitalista, a categoria trabalho tem uma implicação direta com a reprodução do modo de produção. Ela é constitutiva das relações sociais, econômicas e culturais da sociedade. O trabalho aparece sob duas formas: a primeira como força de trabalho e a segunda embutida em toda mercadoria que produza valor de uso e que sirva para satisfazer qualquer tipo de necessidade humana (valor de uso, quando a necessidade é própria; valor de troca, quando irá gerar mais valor). Nessa segunda forma, o trabalho é visível, pois se materializa por meio de um salário ou pagamento em troca da venda da força de trabalho. Ela também se torna uma mercadoria, ou seja, é vendido como força de trabalho e também se torna uma mercadoria. Ele requer o dispêndio de energia corporal, seja manual ou intelectual, para que o processo de trabalho se realize.

Ao produzir o valor de uso de uma mercadoria, o trabalho é um processo embutido na mercadoria, ou seja, não é perceptível, não se traduz por si mesmo.

Quando o sujeito usa um objeto, não pensa de onde vem aquela mercadoria, por qual processo passou, quem empregou sua força de trabalho, qual o valor pago pela matéria-prima, qual o valor pago para a sua produção, etc.

O homem vê a mercadoria enquanto objeto que irá satisfazer uma determinada necessidade, e não sobre o trabalho que representa no processo de transformação de uma matéria-prima até o seu consumo final, enquanto mercadoria. Esta é vista simplificada como um objeto de uso, e Marx (2002) demonstra de que forma o trabalho está contido nela. Portanto, nenhuma mercadoria existe ou é produzida sem o trabalho, sem passar por um processo ou, em outras palavras: “todas as mercadorias são produto do trabalho humano” (HARVEY, 2013, p. 28).

Pode-se, pois, dizer que o trabalho está contido em tudo que existe na sociedade, embora nem sempre este processo esteja perceptível ou que se perceba o seu sentido. É através destas formas de trabalho que se enfoca o corpo que discursiviza e que se apresenta nos três elementos constitutivos do processo de trabalho: objeto, meios e instrumento. Segue-se a reflexão a partir de um questionamento norteador: Existe processo de trabalho sem um corpo que discursiviza?

### **3.2.4 Corpo-processo de trabalho (objeto, meios, instrumento)**

O processo de trabalho está implicado de alguma forma na teoria do discurso porque se situa nas relações de produção e no modo de produção capitalista. Ao se referir à produção do conhecimento, Pêcheux (1997, p. 190) demonstra que estas relações estão “[...] ligadas às novas formas de organização do processo de trabalho impostas pela instauração do modo de produção capitalista bem como às novas condições da reprodução da força de trabalho correspondente a essas formas de organização”. Não só a produção do conhecimento, mas em qualquer aspecto, o processo de trabalho poderá estar em evidência na medida em que a base epistemológica é o materialismo histórico.

Para Marx (2002, p. 211), o processo de trabalho constitui-se de três elementos fundamentais: “atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”. Ou seja, ele é composto por uma ação humana que prevê um objetivo a ser atingido, uma teleologia, uma finalidade que se deseja atingir; para que o trabalho se efetive, é necessária a existência de um processo de objetivação sob a matéria que se deseja processar uma transformação; é o trabalho que se realiza a partir de instrumentos ou meios que irão auxiliar na transformação.

A teleologia do trabalho pressupõe um corpo discurso que, ao idear algo que, será transformado, insere-se na dinâmica dos interesses do modo de produção capitalista, num processo de subjetivação, ou interpelação pela ideologia.

Se tomarmos amplamente o processo de subjetivação (ou de constituição do sujeito), na interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, que tem a forma sujeito histórica capitalista, também o corpo é interpelado: o corpo de que estou falando é o corpo produzido pela ideologia capitalista. Essa é a forma histórica do corpo que temos. O corpo do sujeito atado ao corpo social (ORLANDI, 2017, p. 95).

O primeiro elemento que compreende o processo de trabalho, a finalidade, já se encontra sob a forma de subjetivação do sujeito, na medida em que sua interpelação ideológica irá influenciar as escolhas teleológicas.

Os componentes do processo de trabalho são facilmente identificados quando se está diante de um trabalho manual, cuja mercadoria é concreta. Por exemplo, a madeira que se transforma na canoa utilizando para isso tais e tais instrumentos. No trabalho intelectual, o processo de trabalho é abstrato.

Outro aspecto destacado por Marx (2002) são os meios empregados no processo. Diz ele: “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo

de coisas que o trabalho insere entre si mesmo e objeto de trabalho e lhe serve para distinguir sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 2002, p. 213).

O meio é um instrumental ou o conjunto destes. É algo que tem a função de mediação entre o objeto e o trabalho, fazendo com que determinado fim seja atingido. São consideradas “todas as condições materiais, seja como for, necessárias à realização do processo de trabalho” (MARX, 2002, p. 214).

É interessante perceber que os elementos constitutivos do processo de trabalho estão em permanente deslocamento. Nada é definitivo, imutável. Uma coisa num momento pode ser matéria-prima e, em outro momento pode ser um instrumento. O autor exemplifica com o homem que pega uma maçã no pé da árvore: seu próprio corpo servirá como um meio de trabalho. Mas, caso a macieira seja muito alta, terá que utilizar uma escada como instrumento de trabalho, ou seja, o corpo pode servir como meio, instrumento no processo.

Assim, o processo de trabalho se caracteriza como uma “atividade do homem que opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho” (MARX, 2002, p. 214). Tudo depende das condições de produção em que o processo está se objetivando e das condições sociais, tecnológicas, históricas.

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX, 2002, p. 214).

Sendo assim, o trabalho “está incorporado ao objeto sobre que atuou” (MARX, 2002, p. 214). Volta-se à ideia da segunda forma, em que o trabalho aparece, estando incorporado ao produto, ou seja, o processo de trabalho se torna invisibilizado, principalmente em se tratando de produtos com valores de uso abstratos e complexos (porque se perde a noção do seu processo produtivo), evidenciando-se como resultado final o produto e não o trabalho.

Assim como o processo de trabalho é invisibilizado, o corpo que o realiza também sofre um processo de opacização, no sentido em que o corpo nem sempre é considerado. É como, ao se referir a ele, houvesse uma dissociação do corpo: “o corpo se apresenta em sua não transparência. O corpo é opaco” (ORLANDI, 2017, p. 103). Por isso, muitas vezes o corpo trabalho é opacizado: “o postulado de que o furo, a opacidade e a incompletude fundam a (im)possibilidade de o sujeito dizer” (ROMÃO, 2011, p. 155).

Ao mesmo tempo é necessário frisar que a concepção de trabalho é justamente todo o processo que está embutido até que a mercadoria assuma forma final e sirva para satisfazer alguma necessidade, seja de que ordem for. Ela é “um produto do próprio trabalho” (MARX, 2002, p. 215).

Também é importante destacar que é um processo contínuo, encadeado e cíclico, ou seja, quando um produto chega ao estágio final, ele se torna matéria-prima ou meio de trabalho para outros tantos, que, por sua vez, desencadearão novos processos de trabalho.

Quando um valor-de-uso sai do processo de trabalho como produto, participaram de sua feitura, como meios de produção, outros valores-de-uso, produtos de anteriores processos de trabalho. Valor-de-uso que é produto de um trabalho torna-se, assim, meio de produção de outro. Os produtos destinados a servir de meio de produção não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho (MARX, 2002, p. 215).

Todo produto atende a uma finalidade, dependendo da função e utilidade a que irá se destinar, sendo o trabalho vivo que possibilita a realização desse processo. O trabalho vivo implica necessariamente um corpo significante, que discursivisa, interpelado. Porém, cada etapa do processo se renova de acordo com a finalidade que lhe é destinada.

Dessa forma, o produto ora pode ser matéria-prima, ora meios de produção, ora mercadoria. Ou seja, “um valor-de-uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente

da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor-de-uso” (MARX, 2002, p. 216).

Não existe apenas um processo de trabalho, mas vários processos de trabalho, cada um encerrando em si mesmo um ciclo completo do processo de trabalho (fins, objeto e meios). Ao mesmo tempo, estes processos estão interligados: um processo de trabalho finalizado pode ser o início de outro processo de trabalho a ser realizado.

Do mesmo modo que o capital é construído como um processo de circulação, o trabalho é construído como um processo de fabricação. Mas é um processo de fabricação de valores de uso, e sob o capitalismo, isso significa fabricar valores de uso para outros na forma de mercadoria (HARVEY, 2013, p. 119).

Não se trata de um novo processo, mas de um mesmo processo de trabalho. A diferença é que onde termina um começa o outro. Isso acaba sendo determinado pelo tempo na produção, ou seja, a produção tem uma duração de tempo que corresponde aos custos da produção com matéria-prima, meios de trabalho, força de trabalho. O tempo utilizado que excede os custos pagos irá gerar mais-valor.

O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valor (valor excedente) (MARX, 2002, p. 228).

Não é o processo enquanto objetivação em si que caracteriza o desenvolvimento do sistema capitalista, pois, enquanto ação, não se diferencia entre capitalista ou trabalhador, enquanto atividade processual de transformar algo em outro objeto, por meio dos instrumentos necessários. É inegável, todavia, que o processo está atrelado ao sistema capitalista sob duas carac-



terísticas: enquanto o trabalhador estiver numa relação de subordinação ao vender sua força de trabalho e o produto final não lhe pertencer, mas ser propriedade do capitalista. “O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem” (MARX, 2002, p. 219).

O corpo está presente nas três dimensões constitutivas dos processos de trabalho: na finalidade, no objeto e no meio (ou como instrumento). Ele, concreta ou abstratamente, se faz presente. O que Dias (2017, p. 93) chama de corpo-presença, cujo corpo “é constituído pelo discurso [...] como uma presença que afeta”, no nosso caso, é o corpo afetado pelo trabalho em suas diferentes formas, o corpo-presença do trabalho.

Neste caso “seria, também, aquele que, consoante a um funcionamento, corporifica a presença. Presença de teorias de convergência. Presença de um sujeito com outro, atravessados por uma memória discursiva. Presença para significar a ausência, o político, a memória etc.” (DIAS, 2017, p. 93).

Retomando ao questionamento acima: Existe processo de trabalho sem um corpo que o discursiviza? Claramente pode-se afirmar que todo processo de trabalho, seja através do objeto, ou através dos meios ou dos instrumentos, poderá ter um corpo que discursiviza e que, na sociedade do capital, materializar-se-á na forma corpo-mercadoria.

### **3.2.5 Forma corpo-mercadoria**

Para que o processo de trabalho é utilizado pelo capitalista? Para gerar mais-valor. É utilizado com duas finalidades: primeiramente para que o produto com valor de uso se transforme numa mercadoria, com valor de troca para que possa ser vendido, comercializado. Em segundo lugar, objetivo é obter um valor excedente em relação ao custo para realizar o processo de trabalho como a matéria-prima, salário pago pela força de trabalho, os meios de trabalho, etc. A mercadoria final deverá gerar mais-valor, ou seja, lucro ao capitalista. De que forma isso ocorre? Para que o valor de uma mercadoria seja determinado, é necessário considerar

a “quantidade de trabalho materializado em seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção” (MARX, 2002, p. 220).

O trabalho é uma fonte de valor, por isso valiosa, porém se relaciona diferentemente ao produzir valores diversos, que pode ser o de uso ou o de troca. “O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas” (MARX, 2002, p. 227). Apesar de grandezas diferentes, estão intimamente relacionadas.

O valor de uso e o valor de troca fazem parte da mesma engrenagem, mas depende do ângulo do qual se analisa. Quando o trabalhador vende a sua força de trabalho, ocorre valor de troca, porque ele é uma mercadoria, corpo-mercadoria e vende sua força física em troca de um salário. Ao mesmo tempo em que se trata de um valor de uso da força de trabalho, pois o produto que será gerado com sua força de trabalho não lhe pertence. “O vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. Não pode receber um sem transferir o outro” (MARX, 2002, p. 227).

No entanto, importa salientar que o trabalho corresponde ao ser autônomo quando adentra o circuito do trabalho, pois precisa vender a força do trabalho. No circuito, a posição que ocupa é estrutural, assim como o é a posição do proprietário (o capitalista, na definição de Marx). Hoje, capitalista é aquele que possui o capital financeiro.

O que interessa ao capitalista não é a simples troca de mercadoria ou gerar algum valor equivalente a outro valor. O mais importante é o processo que gera mais-valor, que gera o excedente, possibilitando que, de fato, ocorra a mudança de dinheiro em capital.

Essa metamorfose, a transformação de seu dinheiro em capital, sucede na esfera da circulação e não se sucede nela. Por intermédio da circulação, por depender da compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, por esta servir apenas para se chegar à produção da mais-valia, que ocorre na esfera da produção (MARX, 2002, p. 228).

Vale lembrar que o processo de trabalho “consiste no trabalho útil que produz valor-de-uso” (MARX, 2002, p. 228) e, se se considerar apenas no aspecto quantitativo, o foco é a duração do trabalho. Se se avaliar o aspecto qualitativo, o foco é determinado a partir do conteúdo e objetivo a que se destina o processo de trabalho.

Dáí decorrem dois aspectos distintos: um relacionado ao trabalho no processo de produção e de gerar valor a uma mercadoria; o outro relacionado ao modo de produção capitalista, isto é, “quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais valor, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias” (MARX, 2002, p. 230). Com isso, o que está sendo dito é que trabalhar e gerar valor são processos pertencentes a qualquer modo de produção e esta não é a questão central de reflexão.

O aspecto central é a produção capitalista que se baseia na produção de mais-valor, permitindo ao capitalista a acumulação do capital em decorrência da exploração da força de trabalho comprada: é a exploração do corpo-mercadoria. Nas palavras de Marx (2002, p. 231), o “mais-valor se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho”. Está relacionado ao tempo de produção.

O tempo é um aspecto importante a ser considerado no processo de trabalho, pois está presente na determinação do valor da mercadoria. “Um corpo-memória, corpo história que atravessou o tempo” (FERRARI; NECKEL, 2017, p. 59). Para determinar este valor, Marx (2002, p. 61) destaca o “tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria”.

Não se trata do tempo individual em que o trabalhador produz determinada mercadoria, mas é o resultado de uma relação social, denominada de “tempo socialmente necessário” e que se traduz na forma-dinheiro. “A relação material entre o dinheiro e a alface expressa uma relação social, porque o preço – o ‘quanto’ – é socialmente determinado, é uma representação monetária do valor” (HARVEY, 2013, p. 47).

É importante lembrar que o trabalho está relacionado com a satisfação das necessidades geradas pelo próprio homem. As mercadorias que têm valor de uso e de troca são importantes porque, de uma forma ou de outra, irão satisfazer uma necessidade. Aquelas de valor de uso atendem às necessidades básicas para consumo próprio, porém as de valor de troca, que são produzidas para venda, muitas vezes lhes é atribuído um valor fetichizado, para que seja criada a necessidade (o desejo) de compra da mercadoria, levando ao consumo desnecessário. É uma necessidade simbólica e que cumpre um papel social. Então tudo acaba se tornando uma necessidade de consumo das mercadorias produzidas no capitalismo.

Em sua aparência, a mercadoria é uma coisa, um fato, um dado empírico, uma positividade, um corpo, uma imediatez. Ultrapassando essa imediatez, pode-se descobrir que esse corpo visível, esse dado exposto à nossa senso-percepção, possui uma alma, um não-ser: o *valor*, o tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria. [...] A mercadoria não é um dado explicável em si mesmo: ela, ao contrário, só se explica com a passagem da positividade (o dado visível) para a negatividade oculta (o valor) (FREDERICO, 1997, p. 33).

A forma corpo-mercadoria é resultante do processo de trabalho e inerente à formação social capitalista. “A condição de ser corpo-sujeito enquanto ‘mercadoria’, determinado pela forma histórica do capitalismo, o sujeito produção é substituído pelo sujeito-produto” (FERRARI; NECKEL, 2017, p. 64). Isso significa dizer que o próprio corpo, assujeitado e interpelado pela ideologia, pode se tornar a própria mercadoria, explorada como um objeto que produz valor de troca, um corpo-objeto, um corpo-mercadoria.

## Considerações Finais

Concluir é sempre um ato provisório, inacabado que está sujeito a contínuas reformulações e ponderações. Neste momento, é possível fazer uma síntese das reflexões desenvolvidas no subcapítulo.

Procurou-se fazer a relação entre discurso, corpo e trabalho de forma interdependente e, no mesmo movimento da fita de Moebius. Não existe um lado interno ou externo seu, assim como inexistem início ou fim. Trata-se de um processo contínuo em que discurso, corpo e trabalho são atravessados entre si, estão interligados e suas fronteiras são tênues, pois estão em constante devir.

Aqui, buscou-se refletir o sentido conceitual de trabalho, que pode significar o dispêndio da força física ou mental do homem, caracterizada como força de trabalho, implicando necessariamente o corpo. Também se enfocou nos processos de trabalho a partir de seus elementos constitutivos: a atividade com finalidade, o objeto do trabalho referente à matéria-prima e os instrumentos (ou meios) necessários à produção do valor de uso do produto.

Em todos os processos de trabalho, é possível evidenciar a materialidade significativa que compõe o conceito, chamado de corpo-trabalho. Considerou-se que o esse significado abrange os sentidos de corpo-força de trabalho e corpo-processo de trabalho (finalidade, objeto, meios).

O sentido destes se materializam na forma corpo-mercadoria, característica fundante da formação social capitalista. A forma corpo-mercadoria caracteriza-se pela exploração da força de trabalho na produção de mais-valor, inclusive o próprio corpo se transforma em objeto mercadoria, historicamente determinado nas relações de produção.

Dessa forma, retomam-se as duas questões levantadas no decorrer do subcapítulo, ao se concluir que o corpo é atravessado e se constitui no e pelo trabalho, e que o processo de trabalho existe sempre implicado ao corpo que o discursiviza. Pode-se afirmar, ao final, que corpo, discurso e trabalho se inter-relacionam no processo de materialização dos sentidos.

## Referências

- DIAS, C; GRACIELY, C. Corpo-presença: um outro discurso. *In: Revista do Lume –ILINX*, n. 12, Campinas, UNICAMP, 2017.
- FERREIRA, M. C. Leandro. Discurso, arte e sujeito e a tessitura da linguagem. *In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, M. C. Leandro; MITTMANN, Solange. O acontecimento do discurso no Brasil*. Mercado das Letras: Campinas, 2013. p. 127-140.
- FERRARI, Ana J.; NECKEL, Nádía R. M. Corpos atravessados: opacidades histórico-midiáticas. *In: FLORES, Giovanna G. B. et al. (org.). Análise de discurso em rede: cultura e mídia*, v. 3, Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2017.
- FREDERICO, C. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna, 1997.
- HARVEY, D. *Para entender o capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HASHIGUTI, S. O corpo como materialidade do/no discurso. *In: Anais do SEAD*. Porto Alegre: UFRGS, s/d. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/3SEAD/Simposios/SimoneHashiguti.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARIANI, Bethania. Significantes e sentidos, inconsciente e ideologia. *In: SARGENTINI, V; GREGOLIN, M.R. (org.). Análise de discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos, São Paulo: Claraluz, 2008.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. *In: MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach)*. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- NOGUEIRA, L. *Discurso, sujeito e relações de trabalho na contemporaneidade*. Campinas: Pontes, 2017.
- ORLANDI, E. P. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. *In: CARROZZA, G; SANTOS, M.; SILVA, T. D. Sujeito, sociedade, sentidos*. Campinas: Editora RG, 2012.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2017.
- PECHÊUX, Michel. Análise automática do discurso. *In: GADET, F; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. Ed. Campinas: UNICAMP, 1993.

PECHÊUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

ROMÃO, L.M.S. Opacidade e incompletude: essa estranha tessitura do sujeito no discurso. In: ZANDWAIS, A.; ROMÃO, L.M.S. *Leituras do Político*. Porto Alegre: UFRGS, Ensaios, 2011.